

Ruding discutiu com Bush aumento das cotas

O ministro holandês das Finanças, H. Onno Ruding, declarou-se ontem entusiasmado com as perspectivas de um aumento dos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ruding, que dirige o Comitê Interno do FMI, disse ter discutido a questão com o presidente George Bush no começo desta semana. "Fiquei muito satisfeito por ele ter-se mostrado muito ciente do assunto", comentou.

Acredita que, após uma semana de reuniões por ocasião do encontro anual do FMI e o Banco Mundial (BIRD), a questão do aumento da cota do Fundo deverá esquentar em pouco.

"No domingo, a coisa ainda estava muito difícil, mas na quarta-feira já parecia ter andado um pouco", disse Ruding. Os Estados Unidos disseram que, a seu ver, não existe uma necessidade tão crucial de aumentar, no momento, o capital do FMI, mas os outros países, em sua maioria, acreditam que um aumento substancial das cotas possa ser aprovado antes do fim do ano. Um aumento entre 50 e 67% parece agora bastante provável, afirmou Ruding.

Resumindo suas impressões sobre os debates mantidos nos últimos dias em Washington, Ruding citou o aumento da ênfase na necessidade de dar mais dinheiro novo aos países devedores. Isso é importante, mas que é também o "calcanhar de Aquiles" da nova estratégia da dívida externa, comentou.

PEDIDO DA ROMÉNIA
Um alto funcionário ro-



H. Onno Ruding

meno pediu à comunidade internacional para oferecer mais alívio aos países do Terceiro Mundo pressionados pela dívida e disse que as instituições de empréstimo deveriam conter os juros sobre os empréstimos aos países pobres.

Ion Zipis, vice-ministro das Finanças da Romênia, disse por ocasião das reuniões anuais do FMI e do BIRD que as grandes instituições multilaterais de empréstimo deveriam lançar uma política de crédito a juros fixos para os países em desenvolvimento e sugeriu que as taxas não deveriam ser superiores a 4 ou 5%.

Para os empréstimos pendentes, Zipis disse que os credores deveriam estudar o cancelamento da dívida dos países fortemente endividados que apresentam baixa renda per capita.

Entende que os acordos de reescalonamento deveriam ser mais flexíveis no tocante aos períodos de carência e de vencimento

(AP/Dow Jones)